ACM vai depender do voto de Jader na Mesa Diretora

Empate é resultado mais provável e a decisão caberá ao presidente do Senado

GUSTAVO KRIEGER

BRASÍLIA – O destino do senador Antonio Carlos Magalhães está nas mãos de seu maior inimigo, o presidente do Senado, Jader Barbalho. A derrota no Conselho de Ética deixou a ACM uma única saída - lutar para que a Mesa Diretora do Senado não recomende a cassação, abrindo espaço para uma punição mais branda, como a suspensão temporária do mandato. A mesa tem sete integrantes. Três são votos certos pela cassação. Outros três são senadores próximos a Antonio Carlos. A disputa equilibrada será decidida pelo voto de Jader.

No início do mês, Jader foi à tribuna para dizer, em tom conciliador, prometeu: "Não serei o algoz do senador Antonio Carlos Magalhães." As semanas seguintes levantaram dúvidas sobre este ânimo conciliador. Uma após a outra, todas as manobras de defesa de ACM foram neutralizadas pelo presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet. Tebet não costuma dar um passo sem conversar com Jader Barbalho.

Poder – Na semana passada, Jader abriu para um almoço a residência oficial da presidência do Senado. Foi a segunda vez em que pisou na casa que foi durante quatro anos o endereço de ACM. O cenário trouxe a lembranças do desafeto. Esforçou-se para manter um tom distante e de se dizer mortificado com os apuros de Antonio Carlos. Mas traiu a raiva acumulada. "Esta briga não destruiu apenas ACM. Manchou a minha imagem para sempre", desabafou. Ele descreveu o senador baiano como um político imperial, que se sentia com poder de passar por cima de todos no Congresso. "Eu sabia que não sairia inteiro, mas não dava para fugir da briga. É como se você estivesse passando na rua e um sujeito passasse a mão na sua mulher. Você tem que dar um tapa, mesmo que ele seja maior".

O poder de Jader sobre o futuro de ACM é garantido por uma combinação de circunstâncias políticas. O relator é o senador Carlos Wilson (PPS-PE), cujo partido que já fechou questão pela cassação de Antonio Carlos e José Roberto Arruda. Seu voto, portanto, deve ser nos mesmos termos do relatório aprovado pelo Conselho de Ética, propondo a abertura de processo de cassação. "O relator da mesa pode alterar a pena sugerida pelo Conselho de Ética, mas não deve", indicou Wilson ontem. Ele tem prazo até quarta-feira para apresentar o relatório, mas pode entregar o parecer até amanhã. Se isto acontecer, a votação final da mesa pode acontecer na primeira semana de julho. ACM tenta adiar a votação para o segundo semestre, quando o conselho será renovado.

Além de Wilson, votam pela cassação na mesa Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT). A bancada carlista na mesa reúne os pefelistas Édison Lobão (MA) e Mozarildo Cavalcanti (RR). Para empatar a disputa, o senador baiano conta ainda com o voto de um velho amigo, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Prazo final – Jader articula para que a mesa adote uma "saída técnica" e simplemente dê andamento ao processo por quebra de decoro parlamentar. A mesa não proporia punição. Com isso, reforçaria o parecer aprovado ontem pelo Conselho de Ética.

A votação da mesa é o prazo final para que ACM renuncie e preserve seus direitos políticos. Jader avalia que ACM renunciará se perder, porque o risco de levar o caso até o plenário seria muito alto. Entretanto, confidencia: "Olhando o quadro da cadeira de presidência, é difícil acreditar que ACM seria cassado em uma votação secreta no plenário".

Arte JB

As próximas etapas

Com a aprovação no Conselho de Ética do parecer favorável à cassação, o inquérito por quebra de decoro parlamentar segue imediatamente para a Mesa Diretora do Senado

A mesa terá **15 dias** úteis improrrogáveis para apreciar o relatório, incluindo os sete dias que o relator escolhido terá para apresentar novo parecer aos outros seis membros da mesa

Apresentado o parecer, abre-se prazo de **cinco dias** úteis para vistas

Após a concessão de vistas, o parecer volta à mesa, que tomará decisão ainda dentro do prazo inicial de 15 dias. Na mesa, os senadores não têm o direito de defesa

A partir da publicação da decisão da mesa no *Diário do Senado Federal*, provavelmente no dia seguinte, eventuais recursos de ACM à Justiça não impedirão a inelegibilidade por oito anos em caso de cassação

Se a mesa aprovar o novo relatório, confirmando o parecer, o caso volta ao conselho. A decisão da mesa será por maioria simples e votação aberta. Se não houver aprovação da mesa o caso é arquivado

O Conselho de Ética nomeia novo relator para o caso

Abre-se prazo de **cinco sessões** para a defesa de cada senador

O relator apresenta parecer. Há nova votação do conselho. Em caso de aprovação, o parecer segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Após passar pela CCJ o caso vai ao plenário do Senado, que decide em votação secreta e por maioria absoluta